Superior Tribunal de Justiça
DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO
Edição nº 2643 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 03 de Abril de 2019 Publicação: Quinta-feira, 04 de Abril de 2019

**AgInt no AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL N° 977426 - SC (2016/0229998-2)**

| | |
|---|---|
| **RELATOR** | **: MINISTRO GURGEL DE FARIA** |
| AGRAVANTE | : ESTADO DE SANTA CATARINA |
| PROCURADOR | : PAULO RONEY ÁVILA FAGUNDES E OUTRO(S) |
| AGRAVADO | : ARMI SALETE GOEDERT RUBIK |
| ADVOGADO | : FELIPE ROEDER DA SILVA E OUTRO(S) - SC032650 |
| INTERES. | : INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA |
| ADVOGADO | : ANA PAULA SCÓZ SILVESTRE E OUTRO(S) - SC016331 |

**EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. DECISÃO AGRAVADA. FUNDAMENTOS. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA.
1. A teor do que dispõem o art. 1.021, § 1º, do CPC/2015 e a Súmula 182 do STJ, a parte deve infirmar, nas razões do agravo interno, todos os fundamentos da decisão atacada, sob pena de não ser conhecido o seu recurso.
2. Hipótese em que o recorrente não se desincumbiu do ônus de impugnar, de forma clara e objetiva, os motivos da decisão ora agravada.
3. Agravo interno não conhecido.

**ACÓRDÃO**

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, não conhecer do recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Napoleão Nunes Maia Filho, Benedito Gonçalves, Sérgio Kukina e Regina Helena Costa votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento a Sra. Ministra Regina Helena Costa.

Brasília, 01 de Abril de 2019 (Data do Julgamento)

Ministro Gurgel de Faria
Relator